



## TENSÕES ENTRE UNIÃO EUROPEIA E EUA DERRUBAM MERCADOS GLOBAIS EM MEIO A PROCURA POR SEGURANÇA

**A**s novas ameaças tarifárias dos Estados Unidos sobre oito países da Europa causaram forte instabilidade nos mercados globais nesta terça-feira (20).

Juros dos Estados Unidos subiram, enquanto os índices acionários de Wall Street registraram fortes quedas. A escalada de tensões ainda provocou fuga do dólar, com o índice DXY, que o compara a seis divisas fortes, recuando 0,46%, a 98,59 pontos. A procura por segurança também levou o ouro a romper as máximas históricas, cotado a US\$ 4.758 por onça troy.

"O principal vetor do dia foi o comportamento dos juros futuros dos Estados Unidos. Os rendimentos das

treasuries, especialmente nos vencimentos mais longos, avançaram e sustentaram um viés mais defensivo global", diz Bruno Botelho, especialista em câmbio da ONE Investimentos.

A treasury de 10 anos, referência global de investimentos, subiu 1,46%, marcando rendimento de 4,295%. Essa alta pressionou os juros futuros do Brasil, especialmente os de prazos mais longos.

A taxa de DI (depósito interfinanceiro) para janeiro de 2028 subiu 0,57%, para 13,215%. A de janeiro de 2031 avançou 0,89%, a 13,6%, e a de janeiro de 2036 teve ganhos de 0,95%, a 13,82%.

O movimento ainda teve de pano de fundo "uma liqui-

dação intensa de títulos do governo japonês, vendidos nas máximas históricas", diz Daniel Teles, sócio da Valor Investimentos. "Isso levantou uma preocupação a respeito de onde essa realocação de capital pode acontecer, inflando o risco dos negócios."

O movimento no Brasil, porém, contrariou a tendência global. O dólar avançou 0,29%, cotado a R\$ 5,379, com investidores evitando aportes em moedas de mercados emergentes. "A divisa dos EUA chegou a oscilar ao longo do dia, refletindo a combinação entre aversão ao risco global e fatores domésticos que ajudaram a limitar uma valorização mais intensa", diz Botelho.

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Fundos de investimento, que Haddad quer passar para fiscalização do BC, saltam 125% em 10 anos**

**Lula pede para Gleisi concorrer ao Senado e deixa articulação política do Planalto incerta**

**Tarcísio ouvirá de Bolsonaro que reeleição em SP é fundamental, diz Flávio**

**Estrangeiros movimentaram R\$ 2,8 trilhões em ações na Bolsa em 2025, alta de 15%**



**Anac: Latam responde por 42% do crescimento recorde da aviação brasileira em 2025**





## NO MUNDO

## Von der Leyen promete que resposta da UE às ameaças de tarifas de Trump será 'proporcional e unida'

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, prometeu nesta terça-feira (20) que a resposta do bloco às repetidas ameaças do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre a Groenlândia e de impor tarifas sobre oito países europeus será "inabalável" e "proporcional".

"Mergulhar-nos em uma espiral descendente só ajudaria os próprios adversários que ambos estamos tão empenhados em manter fora do cenário estratégico. Portanto, nossa resposta será inabalável, unida e proporcional", afirmou Von der Leyen em discurso durante encontro das elites globais em Davos, onde teve início o Fórum Econômico Mundial.

No momento, os europeus avaliam um pacote de tarifas sobre 93 bilhões de euros (R\$ 581 bilhões) de importações dos EUA, que poderia entrar em vigor automaticamente em 6 de fevereiro, após uma suspen-



são de seis meses.

Outra opção estudada é acionar o "Instrumento Anti-Coerção" (ACI), nunca utilizado até o momento, que poderia limitar o acesso a licitações públicas, investimentos ou atividades bancárias, ou restringir o comércio de serviços, no qual os EUA têm um superávit com o bloco, incluindo serviços digitais.

A União Europeia terá uma reunião nesta quinta-feira (22), em Bruxelas, para discutir qual será a resposta contra as ameaças de Trump.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, afirmou na segunda-feira

que a medida europeia será restrita a formação de um "temido grupo de trabalho europeu", mas que ele acredita que não haverá uma resposta rápida e contundente sobre a ameaça trumpista.

"Imagino que eles formarão primeiro o temido grupo de trabalho europeu, que parece ser sua arma mais contundente", comentou Bessent em Davos. Nesta terça, Trump voltou a afirmar que não abrirá mão de indexar a Groenlândia. "A Groenlândia é imperativa para a segurança nacional e mundial. Não há como voltar atrás", postou em sua rede social Truth Social. Folhapress

## Zelenski se queixa de sua Força Aérea após novo blecaute em Kiev

Após mais um ataque com drones russo ter deixado Kiev no escuro durante um dos invernos mais rigorosos dos últimos anos, o presidente Volodimir Zelenski fez um rara crítica ao trabalho das defesas aéreas da Ucrânia.

Usualmente, Zelenski apenas reclama mais apoio ocidental para alimentar seus sistemas antiaéreos. "O trabalho da Força Aérea em relação aos drones é insatisfatório: há interceptadores e muitas forças envolvidas, grupos de fogo móveis, caças F-16. A organização do trabalho deveria ser diferente", disse.

Ele disse que determinou que o Ministério da Defesa, pasta desde a semana passada liderada por Mihailo Fedorov, crie uma comissão para tratar do problema rapidamente. "Nesta noite usamos US\$ 80 milhões (R\$ 430 milhões) em mísseis de defesa aérea, difíceis de

comprar", afirmou.

O ataque noturno foi brutal. Segundo Kiev, os russos lançaram 381 drones, dos quais 303 foram derrubados. Também foram empregados 21 mísseis de cruzeiro Iskander-K e 7 modelos Kh-59, cujos números de interceptação não foram confirmados.

O ucraniano está pressionado. Segundo ele, o ataque desta noite de segunda-feira (19) e madrugada de terça (20) deixou 1 milhão de endereços de consumidores sem eletricidade na cidade, que tem 3 milhões de habitantes. Mesmo incluindo prédios comerciais na conta, é muito.

Pela manhã, cerca de metade da cidade também estava sem aquecimento devido aos impactos. No começo da noite, ainda havia cerca de 4.000 edifícios com o problema, com a temperatura perto dos -10 graus Celsius.

Igor Gielow/Folhapress

## Trump ataca europeus, vaza mensagem de Macron e exige Groenlândia



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escalou ainda mais o conflito em torno da posse da Groenlândia com seus aliados europeus nesta terça-feira (20). Criticou o Reino Unido e vazou mensagens recebidas do presidente da França, Emmanuel Macron, e do secretário-geral da Otan, Mark Rutte. A aliança militar ocidental também não escapou de sua fúria online.

Além disso, ele ameaçou na noite de segunda (19) o francês com 200% de tarifas de importação sobre o vinho e o champanhe do país europeu caso ele não aceite ingressar no chamado Conselho da Paz para a Faixa de Gaza, iniciativa do

americano que visa escanear a ONU na reconstrução do território palestino.

A ilha autônoma dinamarquesa tem grande valor estratégico e econômico e, embora os EUA já tenham lá uma importante base militar e acesso a recursos minerais desde 1951, agora Trump a tornou uma prioridade. "Não tem volta", escreveu na sua rede Truth Social, sobre o desejo de anexá-la.

Literalmente desenhando suas intenções, postou duas imagens. Numa, produzida por inteligência artificial, ele planta a bandeira americana na ilha ao lado do secretário Marco Rubio (Estado) e do vice, J. D. Vance, com uma placa indicando: "Groenlândia

- Território dos EUA - Estabelecido em 2026".

Noutra, a ilha aparece sob a bandeira americana no local onde havia um mapa da Ucrânia em reunião que Trump teve sobre a guerra com líderes europeus na Casa Branca, no ano passado. Mais: Canadá, que ele já disse querer ver como estado americano, e Venezuela, atacada recentemente, também.

Em outra postagem nesta madrugada, Trump mirou o Reino Unido, ironicamente chamado de "brilhante aliado" na Otan. Disse que a decisão britânica de ceder o arquipélago de Chagos, no Índico, às Ilhas Maurício, foi "um ato de grande estupidez". Igor Gielow/Folhapress

**DATA  
MERCANTIL** São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo  
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

-----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da





ECONOMIA

Fundos de investimento, que Haddad quer passar para fiscalização do BC, saltam 125% em 10 anos



A indústria de fundos de investimentos deu um salto na última década sem que a fiscalização e a regulação acompanhassem esse crescimento, na avaliação de participantes do mercado. Nesta segunda-feira (19), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que há uma discussão no governo sobre delegar ao BC (Banco Central) a fiscalização do setor, função hoje é da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). "O Banco Central precisa passar a fiscalizar os fundos", disse o ministro em entrevista ao UOL News.

Na última década, o mercado sob supervisão da CVM teve um salto. O número de fundos no país saiu de 14.799 em 2015

para 33.163 em 2025, um aumento de 125%. O destaque fica para os Fidcs (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), que foram de 553 para 3.802 no mesmo intervalo, um salto de 587%.

Já o patrimônio líquido total dos fundos saiu de R\$ 3,5 trilhões em dezembro de 2015 para R\$ 10,7 trilhões em dezembro de 2025, aumento de 207%. Em Fidcs, o montante foi de R\$ 87,1 bilhões para R\$ 733 bilhões, crescimento de 742%.

Apesar do aumento no volume de fundos, agentes do mercado apontam que a CVM está enfraquecida, com falta de servidores e infraestrutura. As restrições do órgão seriam uma das explicações por trás

do escândalo envolvendo o Banco Master, que, segundo as investigações, teria usado aplicações em diversos fundos para inflar carteiras.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, auditorias emitiram diversos pareceres desde 2019 que apontavam problemas nos documentos do grupo financeiro. Além disso, em 2020, a Anbima também já apontava irregularidades na Reag, administradora de fundos que tinha negócios com o banco de Daniel Vercaro.

Segundo Haddad, que ressaltou que não fala em nome do governo ao apresentar a ideia, órgãos do Executivo estão discutindo aumentar o perímetro regulatório do Banco Central para incluir os fundos em seu escopo.

Folhapress

Estrangeiros movimentaram R\$ 2,8 trilhões em ações na Bolsa em 2025, alta de 15%

O investidor não residente movimentou mais de R\$ 2,8 trilhões em ações no mercado brasileiro à vista entre janeiro e dezembro de 2025, segundo levantamento da B3, a Bolsa de Valores brasileira. Em dezembro, foram movimentados R\$ 255 bilhões, crescimento de 6% na comparação com o mesmo período de 2024. Já entre janeiro e dezembro deste ano, o volume teve alta de 15%.

Os meses com maior volume negociado em 2025 pelo investidor estrangeiro foram maio (R\$ 263 bilhões), abril (R\$ 257 bilhões) e dezembro (R\$ 255 bilhões).

No acumulado do ano, os investidores não residentes responderam por 62% das negociações com ações. Considerando o mercado à vista, que inclui, além de ações, ativos como BDRs (recibos de ações listadas no exterior), ETFs (fundos de índice) e FILs (fundos imobiliários), o volume total movimentado pelos estrangeiros superou R\$ 3,5 trilhões na Bolsa. O ano passado foi marcado pelo melhor desempenho do Ibovespa e do real desde 2016, com a ajuda de investidores estrangeiros que buscaram diversificar seus portfólios para fora dos EUA.

O principal índice da Bolsa brasileira fechou com

alta acumulada de 33,7% em 2025, enquanto avançou 39% em 2016, num ano marcado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff -em dólares, a variação também é a maior em nove anos. Já o real terminou o ano valorizado em relação ao dólar. A cotação da moeda americana cedeu 11,19%, a maior queda desde 2016, quando a divisa cedeu 17,8%.

Já os investidores pessoa física movimentaram R\$ 517,3 bilhões em ações no mercado à vista da Bolsa entre janeiro e dezembro de 2025. Comparando com 2024, o valor representa um leve aumento, de 2,3%, segundo dados da B3.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Marítima Securitizadora S.A.

CNPJ nº 48.644.747/0001-09

Assembleia Geral Extraordinária

**Data, Hora e Local:** Em 04/04/2024, às 14hs, na sede social. **Presença:** Esteve presente o acionista fundador e subscritor da totalidade do capital social inicial da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Pedro Henrique Ricco Oliveira; e Secretária: Myleide de Oliveira Lima. **Deliberações aprovadas:** Após a leitura das alterações propostas, foi aberto o espaço para discussão. Vistos que, no mês de setembro foi dado publicidade a Carta Renúncia da ex sócia Elisângela Fagundes Sant'Ana de Azevedo, e em março do presente ano houve a compra e venda de suas quotas na Sociedade, restou necessária a presente AGE para: **1.** Aprovar a alteração do Estatuto Social no seu Capítulo IV, artigo 7º, onde constava que "a Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 02 e, no máximo 05 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residente no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral", passando a constar no artigo 7º do Capítulo IV: "A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 01 e, no máximo 05 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. Nada mais. **Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa Marítima Securitizadora S.A. de NIRE 35300604342, protocolizado sob o número SPJ2400098661 em 06/11/2024, encontra-se registrado na JUCESP sob o número 1290803249.**

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º.** A Marítima Securitizadora S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 6º andar Vila Olímpia, CEP 04548-903, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, instalar ou extinguir filiais, escritórios e outras dependências, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto da Sociedade. Artigo 4º.** A Sociedade possui como objeto social a aquisição e securitização de créditos, emissão de títulos e valores mobiliários e sua colocação perante o mercado financeiro privado, que sejam compatíveis com as suas atividades. **Capítulo III. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ Único.** Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações emitidas, desde que correspondente ao percentual de participação no capital social da Sociedade, observadas as disposições legais sobre a matéria. **Artigo 6º.** As ações são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas terá direito a 01 voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 7º - A** Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 01 e, no máximo 05 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O prazo de mandato dos Diretores será de 03 anos, sendo permitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger Diretor para cargo vago, o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **Artigo 8º.** A investidora dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no Reuniões da **Artigo 9º.** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por outro membro da Diretoria, cumulativamente, sendo certo que, no caso de vacância, a acumulação de cargos se dará até a eleição de novo Diretor e respectiva posse. **Artigo 10.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores desobrigados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 11.** A Diretoria tem os poderes necessários para assegurar o funcionamento normal da Sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **1º** ao Diretor Presidente: **(i)** orientar os negócios da Sociedade; **(ii)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **(iii)** convocar as Assembleias Gerais; e **2º** os demais Diretores terão as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente. **Artigo 12.** Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais compete à toda Diretoria: **(i)** exercer a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, inclusive perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias; **(ii)** elaborar relatórios e as contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; **(iii)** deliberar sobre a alteração de endereço e encerramento de filiais, escritórios e outras dependências; e **(iv)** fixar através de resolução, as atribuições de cada membro da Diretoria, não estabelecidas expressamente neste Estatuto Social. **§ 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor indicado pelos presentes à Reunião. **§ 2º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **§ 3º.** A Diretoria sempre que representada por, no mínimo 02 de seus membros, tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade e também os de onerar e/ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessar dívidas, prestação de garantia real ou fidejussória, concede avais e fianças, assunção de obrigações e assinatura de contratos. **§ 4º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por: **(i)** 02 membros da Diretoria, em conjunto; ou **(ii)** um membro da Diretoria, em conjunto, com 01 procurador, nomeado na forma deste Estatuto Social. Adicionalmente, em caso de os documentos aqui exemplificados ultrapassarem o valor de R\$100.000,00, estes deverão ser assinados pelo Diretor Presidente. **§ 5º.** A Sociedade poderá, ainda, ser representada, isoladamente, por um membro da Diretoria ou por 01 procurador investido de poderes especiais, nomeado com observância deste Estatuto Social, exclusivamente: **a)** em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos; **b)** no exercício de poderes da **c)** na representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique em assunção de responsabilidade e/ou obrigações em nome da Sociedade; **d)** na assinatura de procurações eletrônicas perante a administração pública ou perante empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; e **e)** em outras situações que venham a ser aprovadas pela Diretoria. **§ 6º.** A Diretoria, representada por 2 de seus membros, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de mandato, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, salvo para fins judiciais. **Capítulo V. Das Assembleias Gerais. Artigo 13.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o de **§ Primeiro.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado, devendo o respectivos instrumento especificar os poderes conferidos ao mandatário nomeado. **§ Segundo.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e extraordinária, nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou deste Estatuto Social. **Artigo 15.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, para o seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos §§ da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal compor-se-á de no mínimo de 03 e no máximo de 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII. Dos Balanços, Resultados e sua Destinação. Artigo 18.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **§ Único.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Sociedade, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 19.** O lucro líquido do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da Assembleia Geral, terá a seguinte destinação: **a)** 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § Primeiro do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada para a formação de reserva para contingências; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25%; **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta de lucros retidos dos exercícios anteriores; **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ Único.** A Assembleia Geral poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Os dividendos ou juros sobre capital próprio serão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VIII. Da Liquidação da Sociedade. Artigo 20.** A Sociedade entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes. **Capítulo IX. Disposição Geral. Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 1976). **Acionistas:** Pedro Henrique Ricco Oliveira. **Visto do Advogado:** Myleide de Oliveira Lima, OAB/SP 501.914. **Autenticação da Mesa:** Pedro Henrique Ricco de Oliveira, Presidente; Myleide de Oliveira Lima, Secretária.



POLÍTICA

Lula pede para Gleisi concorrer ao Senado e deixa articulação política do Planalto incerta

Ao pedir que a ministra Gleisi Hoffmann (PT) concorra ao Senado pelo Paraná, o presidente Lula (PT) precipitou o debate sobre quem ficará à frente do comando das Relações Institucionais do governo a partir de abril. Há uma constelação de cotados para assumir a articulação política do Planalto em meio a outras mudanças no palácio e na Esplanada.

Gleisi já deixaria o cargo para concorrer à Câmara dos Deputados, cuja eleição é considerada a via mais certa para continuar com mandato por, pelo menos, mais quatro anos. Mas, na quarta-feira (14), Lula conversou com a ministra e pediu que concorra ao Senado, segundo fontes palacianas.

A interlocutores Gleisi afirmou estar entusiasmada para cumprir o que considera uma missão dada pelo presidente. Nos bastidores, porém, aliados apontam uma certa reticência para assumir a candidatura e recomendam cautela. O PT do Paraná, já ciente do pedido de Lula, não crava posição e aguarda um posicionamento oficial de Gleisi para montar sua chapa majoritária.

Tradicionalmente, ministros que saem do cargo para concorrer nas eleições deixam a pasta sob o comando do seu secretário-executivo. Quem ocupa o posto na SRI (Secretaria de Relações Institucionais) é Marcelo Costa. Diplomata de carreira, ele tem perfil técnico, mas alas do PT entendem que a pasta precisa de um nome político, mesmo durante os meses da eleição.

Nesse sentido, correm pelos corredores do Pla-

Marítima Securitizadora S.A.

(Em Constituição)  
Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 18/10/2022  
Data, Hora e Local: Em 18/10/2022, às 14hs na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença dos acionistas fundadores e subscritores da totalidade do capital social inicial da Sociedade, **Mesa:** Presidente: Pedro Henrique Ricco Oliveira; e **Secretária:** Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo. **Deliberações aprovadas:** (1) A constituição da Sociedade, na forma de sociedade por ações, de capital fechado, denominada **Marítima Securitizadora S.A.**, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 - 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903. (2) Foi fixado o capital social inicial é de R\$1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 cada uma, sendo subscritas, neste ato, da seguinte forma: (i) Pedro Henrique Ricco Oliveira brasileiro, empresário, subscreve 700 ações, no valor de R\$700,00; e (ii) Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo, brasileira, empresária, subscreve 300 ações, no valor de R\$300,00, e integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição; (3) O Estatuto Social da Sociedade, o qual, após ter sido lido, rubricado e assinado por todos os presentes; (4) Cumpridas as formalidades legais, o Presidente da Assembleia declarou formalmente constituída a Sociedade, nos termos do art. 87, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. (5) A eleição dos membros da Diretoria, para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **Pedro Henrique Ricco Oliveira**; e para o cargo de Diretora, sem designação específica, a Sra. **Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo**. Os membros da Diretoria ora eleitos: 1) terão prazo de mandato de 03 anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos naquela ocasião; e 2) Os Diretores acima nomeados assinam os respectivos termos de posse e declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Fica definido que o montante global anual da remuneração dos Diretores da Sociedade será de até R\$ 150.000,00. (6) Por fim, competirá a Diretoria da Sociedade definir a escolha do jornal a ser utilizado para as publicações legais da Sociedade, que serão realizadas em conformidade com as exigências legais aplicáveis. Nada mais. São Paulo/SP, 18/10/2022. JUCESP/NIRE nº 3530060434-2 em 17/11/2022. Gisela Siniema Ceschin - Secretária Geral.  
**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º.** A **Marítima Securitizadora S.A.** é uma sociedade por ações, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e fora na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 - 6º andar- Vila Olímpia, CEP 04548-903, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, instalar ou extinguir filiais, escritórios e outras dependências, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto da Sociedade. Artigo 4º.** A Sociedade possui como objeto social a aquisição e securitização de créditos, emissão de títulos e valores mobiliários e sua colocação perante o mercado financeiro privado, que sejam compatíveis com as suas atividades. **Capítulo III. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ Único.** Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações emitidas, desde que correspondente ao percentual de participação no capital social da Sociedade, observadas as disposições legais sobre a matéria. **Artigo 6º.** As ações são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas terá direito a 01 voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 7º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 02 e, no máximo, 05 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O prazo de mandato dos Diretores será de 03 anos, sendo permitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger Diretor para cargo vago, o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **§ 3º.** Para preenchimento de cargo vago, a eleição pela Assembleia Geral só será obrigatória para perfazer o número mínimo de 02 membros da Diretoria, sendo facultativo nos demais casos. **Artigo 8º.** A investidora dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". **Artigo 9º.** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por outro membro da Diretoria, cumulativamente, sendo certo que, no caso de vacância, a acumulação de cargos se dará até a eleição de novo Diretor e respectiva posse. **Artigo 10.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores desobrigados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 11.** A Diretoria tem os poderes necessários para assegurar o funcionamento normal da Sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **1)** ao Diretor Presidente: **(i)** orientar os negócios da Sociedade; **(ii)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **(iii)** convocar as Assembleias Gerais; e **2)** os demais Diretores terão as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente. **Artigo 12.** Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais compete à toda Diretoria: **(i)** exercer a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, inclusive perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias; **(ii)** elaborar relatórios e as contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; **(iii)** deliberar sobre a alteração de endereço e encerramento de filiais, escritórios e outras dependências; e **(iv)** fixar através de resolução, as atribuições de cada membro da Diretoria, não estabelecidas expressamente neste Estatuto Social. **§ 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor indicado pelos presentes à Reunião. **§ 2º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **§ 3º.** A Diretoria sempre que representada por, no mínimo 02 de seus membros, tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade e também os de onerar e/ ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessor dívidas, prestação de garantia real ou fidejussória, concede avais e fianças, assunção de obrigações e assinatura de contratos. **§ 4º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por: **(i)** 02 membros da Diretoria, em conjunto; ou **(ii)** um membro da Diretoria, em conjunto, com 01 procurador, nomeado na forma deste Estatuto Social. Adicionalmente, em caso de os documentos aqui exemplificados ultrapassarem o valor de R\$100.000,00, estes deverão ser assinados pelo Diretor Presidente. **§ 5º.** A Sociedade poderá, ainda, ser representada, isoladamente, por um membro da Diretoria ou por 01 procurador investido de poderes especiais, nomeado com observância deste Estatuto Social, exclusivamente: **a)** em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos; **b)** no exercício de poderes da cláusula "ad judicia"; **e)** na representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique em assunção de responsabilidade e/ ou obrigações em nome da Sociedade; **d)** na assinatura de procurações eletrônicas perante a administração pública ou perante empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; e **e)** em outras situações que venham a ser aprovadas pela Diretoria. **§ 6º.** A Diretoria, representada por 2 de seus membros, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de mandato, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, salvo para fins judiciais. **Capítulo V. Das Assembleias Gerais. Artigo 13.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **§ 1º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado, devendo o respectivos instrumento especificar os poderes conferidos ao mandatário nomeado. **§ 2º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e extraordinária, nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou deste Estatuto Social. **Artigo 15.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, para o seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos §§ da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal compor-se-á de no mínimo de 03 e no máximo de 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII. Dos Balanços, Resultados e sua Destinação. Artigo 18.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **§ Único.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Sociedade, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 19.** O lucro líquido do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da Assembleia Geral, terá a seguinte destinação: **a)** 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o §1º do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; b) uma parcela pode ser destinada para a formação de reserva para contingências; c) pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários e/ ou juros sobre capital próprio que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25%; **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta de lucros retidos dos exercícios anteriores; **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ Único.** A Assembleia Geral poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Os dividendos ou juros sobre capital próprio serão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VIII. Da Liquidação da Sociedade. Artigo 20.** A Sociedade entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes. **Capítulo IX. Disposição Geral. Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 1976).

nalto nomes de lideranças petistas cotadas para assumir o posto de Gleisi. Nesse rol são citados os ministros Wellington Dias (Desenvol-

vimento Social) e Camilo Santana (Educação). Ambos se elegeram senadores em 2022 e, dessa forma, não precisam disputar o pleito

Marítima Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 48.644.747/0001-09 - NIRE 35300604342 ("Sociedade")  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/11/2022  
Data, Hora e Local: Em 21/11/2022, às 14hs na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença dos acionistas fundadores e subscritores da totalidade do capital social inicial da Sociedade, **Mesa:** Pedro Henrique Ricco Oliveira (Presidente) e Fernando César Fernandes Rodrigues (Secretário). **Deliberações aprovadas:** A 1ª emissão de debêntures nominativas, quirografárias e não conversíveis em ações da Sociedade, de colocação privada ("1ª Emissão"), no valor total de R\$15.000.000,00, doravante denominado como "Valor Total de Subscrição e Integralização da 1ª Emissão", dividida em 5 séries de iguais valores e direitos designadas em ordem crescente de numeração ordinal composta por 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª Séries ("indistintamente e individualmente denominada cada série como "Série" e conjuntamente como "Séries"), sendo que cada Série é composta pelo total de 3.000 debêntures ("Total de Debêntures por Série"), tendo como valor unitário por debênture o valor nominal individual de R\$1.000,00 por cada uma ("Valor Nominal Unitário"). Cada Série deverá ser subscrita e integralizada totalmente pelo valor de R\$3.000.000,00, doravante denominado como "Valor Total de Subscrição e Integralização por Série". O prazo para subscrição e integralização pelos debenturistas do Valor Total de Subscrição e Integralização por Série ("Prazo de Subscrição e Integralização") será até 30 dias a contar da data da 1ª Emissão de 25/11/2022 ("Data da 1ª Emissão") em relação a 1ª Série e de até 90 dias, para as demais Séries, de forma consecutiva a cada Série, a contar da data de subscrição e integralização da 1ª Série e, assim, consecutivamente a contar da data de subscrição e integralização de cada Série. Fica estipulado que cada titular das debêntures será remunerado mensalmente pelo resultado obtido da aplicação de 120% do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) somente sobre o Valor Nominal Unitário, descontados os tributos ("Tributos") e a respectiva taxa de custódia de manutenção da debênture ("Taxa de Custódia"), a partir da data da integralização até a data do vencimento e resgate final, nos termos da Escritura Particular de 1ª Emissão Privada de Debêntures Nominativas, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações (**Anexo I**). Nada mais. São Paulo/SP, 21/11/2022. JUCESP nº 2.128/23-8 em 06/01/2023. Gisela Siniema Ceschin - Secretária Geral.  
**ANEXO I. Escritura Particular de 1ª Emissão Privada de Debêntures Nominativas, Perpétuas, Quirografárias e não Conversíveis em Ações, da Sociedade por Ações de Capital Fechado. Marítima Securitizadora S.A., CNPJ/ME nº 48.644.747/0001-09, NIRE nº 35300604342.** Pelo presente instrumento ficam estabelecidas as cláusulas e condições relativas à 1ª Emissão Privada de Debêntures da **Marítima Securitizadora S.A., CNPJ/ME nº 48.644.747/0001-09**, representada por seus Diretores, Sr. **Pedro Henrique Ricco Oliveira**, brasileiro, administrador, e a Sra. **Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo**, brasileira, empresária, que firmam a presente **Escritura Particular de 1ª Emissão Privada de Debêntures Nominativas, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações** ("Escritura") nos termos descritos abaixo: **Cláusula I. Autorização da 1ª Emissão Privada de Debêntures ("1ª Emissão")** 1.1. A 1ª Emissão foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da **Companhia Emissora**, realizada em 21/11/2022, cuja ata encontra-se em fase de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e será publicada oportunamente, na forma da Lei nº 6.404/76. **Cláusula II. Características, Valor, Séries da 1ª Emissão e Destinação. 2.1 Objeto Social da Companhia Emissora.** 2.1.1. Nos termos do Capítulo II, artigo 4º do Estatuto da **Companhia Emissora** atualmente em vigor, o objeto social da **Companhia Emissora** compreende a aquisição e securitização de créditos, emissão de títulos e valores mobiliários e sua colocação perante o mercado financeiro privado, que sejam compatíveis com as suas atividades. **2.2. Número da Emissão.** 2.2.1. A presente 1ª Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da **Companhia Emissora**. **2.3. Valor Total de Emissão.** 2.3.1. A 1ª Emissão é privada e tem o valor total de R\$15.000.000,00, doravante denominado como "Valor Total de Subscrição e Integralização da 1ª Emissão". **2.4. Número de Séries.** 2.4.1. A 1ª Emissão está dividida em 5 séries de iguais valores e direitos ("indistintamente e individualmente denominada cada série como "Série" e conjuntamente como "Séries"), doravante designadas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª Séries, tendo cada Série sendo composta pelos valores de subscrição e integralização, conforme abaixo: (a) A 1ª Série terá o valor de R\$ 3.000.000,00. (b) A 2ª Série terá o valor de R\$ 3.000.000,00. (c) A 3ª Série terá o valor de R\$ 3.000.000,00. (d) A 4ª Série terá o valor de R\$ 3.000.000,00. (e) A 5ª Série terá o valor de R\$ 3.000.000,00. **2.4.2.** O valor de R\$3.000.000,00 será doravante denominado como Valor Total de Subscrição e Integralização por Série. **2.5. Destinação.** 2.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela **Companhia Emissora** por meio da 1ª Emissão serão utilizados para reforço do capital de giro da **Companhia Emissora** e reinvestimentos em novos negócios. **Cláusula III. Quantidade e Valor Nominal das Debêntures.** 3.1. Serão emitidas pela **Companhia Emissora** um total de 15.000 debêntures nominativas, da seguinte forma: (a) 3.000 debêntures relativas à 1ª Série. (b) 3.000 debêntures relativas à 2ª Série. (c) 3.000 debêntures relativas à 3ª Série. (d) 3.000 debêntures relativas à 4ª Série. (e) 3.000 debêntures relativas à 5ª Série. 3.2. As debêntures têm valor nominal individual de R\$1.000,00 cada debênture, independentemente da Série emitida ("Valor Nominal Unitário"). **Cláusula IV. Data de Emissão.** 4.1. Para todos os efeitos legais, a data da 1ª Emissão das debêntures será o dia 25/11/2022 ("Data da 1ª Emissão"). **Cláusula V. Garantias Espécie e Conversibilidade.** 5.1. As debêntures serão nominativas, quirografárias e não conversíveis em ações, portanto, não possuem qualquer garantia ou privilégio de crédito ao debenturista. **Cláusula VI. Subscrição e Integralização.** 6.1. As debêntures deverão ser subscritas e integralizadas totalmente pelo Valor Nominal Unitário de cada debênture em cada Série pelos debenturistas, mediante assinatura dos respectivos boletins de subscrição e integralização pela **Companhia Emissora**, os quais serão colocados à disposição dos subscritores na sede social da **Companhia Emissora**. 6.1.1. Os boletins de subscrição, depois de assinados, ficarão devidamente arquivados na sede social da **Companhia Emissora**. 6.2. O prazo para subscrição e integralização pelos debenturistas do Valor Total de Subscrição e Integralização por Série ("Prazo de Subscrição e Integralização") será até 30 dias a contar da Data da 1ª Emissão em relação a 1ª Série e de até 90 dias, para as demais Séries, de forma consecutiva a cada Série, a contar da data de subscrição e integralização da 1ª Série, e, assim, consecutivamente a contar da data de subscrição e integralização de cada Série, conforme detalhado abaixo, no quadro sinótico: **Prazo de Subscrição e Integralização: Série: 1ª; Prazo (Dias): 30; Data de Início:** 25/11/2022; **Data Limite:** Data de Subscrição e Integralização da 1ª Série. **Série: 2ª; Prazo (Dias): 90; Data de Início:** Data de Subscrição e Integralização da 1ª Série. **Série: 3ª Prazo (Dias): 90; Data de Início:** Data de Subscrição e Integralização da 2ª Série; **Data Limite:** 90 dias a contar da Data de Subscrição e Integralização da 2ª Série. **Série: 3ª; Prazo (Dias): 90; Data de Início:** Data de Subscrição e Integralização da 3ª Série; **Data Limite:** 90 dias a contar da Data de Subscrição e Integralização da 3ª Série. **Série: 4ª; Prazo (Dias): 90; Data de Início:** Data de Subscrição e Integralização da 4ª Série. **Data Limite:** 90 dias a contar da Data de Subscrição e Integralização da 4ª Série. 6.3. As debêntures não subscritas e integralizadas no prazo de Subscrição e Integralização poderão ser canceladas pela Diretoria da **Companhia Emissora** ou transferidas automaticamente para série subsequente. 6.4. A integralização será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, em cada Série, pelo Valor Total de Subscrição e Integralização por Série. **Cláusula VII. Vencimento e Resgate.** 7.1. As debêntures serão perpétuas de modo que não possuem uma data de vencimento específica. No momento da devolução será considerado para fins de pagamento apenas o valor nominal da debênture subscrita e integralizada, ficando sua remuneração a cargo da previsão contida na Cláusula VII, item 8.9.1 e assegurados os direitos adquiridos até a referida data. 7.5. As debêntures resgatadas pela **Companhia Emissora** poderão ser canceladas ou. **Cláusula VIII. Remuneração.** 8.1. O Valor Nominal Unitário das debêntures não será atualizado. 8.2. Os titulares das debêntures receberão remuneração mensal, apurada sobre o resultado obtido da aplicação de 120% do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) somente sobre o Valor Nominal Unitário, descontados os tributos ("Tributos") e a respectiva taxa de custódia de manutenção da debênture ("Taxa de Custódia"), a partir da data da integralização até a data do vencimento e resgate final ("Remuneração"), conforme fórmula abaixo: **J = Vnu x (CDI - 1) - Tributos - Taxa de Custódia**, onde: **J** = valor da Remuneração devida mensalmente; VNu = Valor Nominal Unitário da debênture R\$1.000,00; CDI = equivalente a aplicação de 120% do CDI (Certificados de Depósito Interbancário); Tributos = equivalente aos tributos que sejam aplicados nessa operação; Taxa de Custódia = taxa de manutenção da debênture. 8.3. A remuneração devida aos titulares das debêntures será realizada mensalmente pela **Companhia Emissora**, mediante depósito do valor correspondente nas respectivas contas correntes dos titulares das debêntures. **Cláusula IX. Encargos Moratórios.** 9.1. Na hipótese de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das debêntures, a **Companhia Emissora** ficará sujeita a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido, mediante notificação ou interpelação prévia dos debenturistas. **Cláusula X. Extinção das Debêntures.** 10.1. A **Companhia Emissora** fará, nos livros próprios, as anotações referentes à extinção das debêntures e os manterá arquivados pelo prazo de 05 anos, juntamente com os documentos relativos à extinção, em sua sede social. **Cláusula XI. Da Assembleia dos Debenturistas.** 11.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, se reunir em assembleia, a fim de deliberar a respeito de qualquer matéria de seu interesse ("Assembleia de Debenturistas"), observadas as disposições legais aplicáveis. 11.2. A Assembleia de debenturistas pode ser convocada pela **Companhia Emissora** ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% das debêntures subscritas e integralizadas desta 1ª Emissão. 11.3. A Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das debêntures subscritas desta 1ª Emissão e, em segunda convocação, com qualquer número. 11.4. Nas deliberações das Assembleias de Debenturistas, cada debênture terá direito a um voto, sendo admitida a representação de debenturista por procurador. 11.5. A Assembleia de Debenturistas será presidida pelo debenturista escolhido pelos presentes. 11.6. Para aprovar eventuais propostas de modificações nas condições das debêntures desta 1ª Emissão, as deliberações da Assembleia de Debenturistas serão válidas se tomadas por, no mínimo, a maioria absoluta das debêntures subscritas e integralizadas. **Cláusula XII. Disposições Gerais.** 12.1. A **Companhia Emissora** não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pela escrituração dos livros societários correspondentes. 12.2. A **Companhia Emissora** poderá efetuar novas emissões de debêntures ainda que não subscritas todas as debêntures de quaisquer Séries da 1ª Emissão, ou canceladas as não subscritas. 12.3. A **Companhia Emissora** declara que (i) esta 1ª Emissão atendeu aos limites previstos no art. 60 da Lei nº 6.404/76; (ii) a presente Escritura será devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), nos termos do art. 62º, inciso II, da Lei 6.404/76; e (iii) serão feitas todas as escriturações exigidas por Lei nos livros correspondentes. 12.4. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da **Companhia Emissora**. 12.5. As comunicações serão consideradas a serem enviadas pelos debenturistas à **Companhia Emissora** serão somente consideradas como entregues e recebidas quando expedidas pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima sob protocolo ou com "aviso de recebimento". As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). 12.6. Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Util(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais. 12.7. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil Brasileiro de 2002, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento. 12.8. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão pela **Companhia Emissora** será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará renovação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes. 12.9. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. **Cláusula XIII. Foro.** 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente Escritura.

deste ano para continuar com mandato.

Camilo, porém, tem futuro incerto. Sob risco de derrota no Ceará, o ministro

é cotado para disputar o governo estadual. Nesse desenho, o atual governador, Elmano de Freitas (PT), concorreria ao Senado. Folhapress



PUBLICIDADE LEGAL

Tarcísio ouvirá de Bolsonaro que reeleição em SP é fundamental, diz Flávio

O senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse à CNN, que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) dirá ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que considera “fundamental” a reeleição dele em São Paulo. Tarcísio visitará Bolsonaro na Papudinha na próxima quinta-feira (22), entre 8h e 10h, segundo determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. "Primeiro, acredito que ele [Tarcísio] queira visitar o amigo Jair. Tarcísio gosta muito do Bolsonaro e sempre pergunta como ele está. Em segundo, para ouvir da boca de Bolsonaro que ele está fazendo um grande trabalho como governador de São Paulo e que sua reeleição é fundamental para a estratégia nacional de derrotar o PT", disse Flavio à CNN. Em outras palavras, Bolsonaro deve pedir a Tarcísio um apoio explícito à candidatura de Flavio ao Planalto, diante da desconfiança de aliados sobre uma possível investida de Tarcísio à corrida presidencial. Flavio afirma ter conversado, no último final de semana, com Tarcísio, que teria garantido ser candidato à reeleição e que o apoiaria na disputa pela presidência. Aliados de Bolsonaro expuseram um racha na direita diante de um movimento, aparentemente, casado entre Tarcísio e Michelle. A ex-primeira-dama compartilhou um vídeo do governador com críticas ao PT e curtiu um comentário da mulher de Tarcísio, Cristiane, que dizia que o Brasil precisa de "um novo CEO". A última vez que Tarcísio e Bolsonaro se encontraram foi em setembro de 2025, quando o ex-presidente ainda cumpria prisão domiciliar por ter descumprido medidas cautelares.

Marau Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 32.227.495/0001-82 – NIRE 3530052902-2

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2024

**Data, Hora e Local:** Em 30/03/2024, às 10hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Henrique Fleider Wolanski; Secretária: Sra. Taylle Karoline Vaz da Silva. **Deliberações aprovadas: (i) Aprovada** a alteração do endereço da sede social da companhia, passando o endereço a partir desta a ser na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1478 - Conjunto 1304 - Edifício Monumento, Jardim Paulistano, CEP: 01472-900, no município e estado de São Paulo, no município e estado de São Paulo. Assim sendo, o Artigo Segundo do Estatuto Social da Companhia fica alterado, e consolidado o estatuto social como parte integrante desta ata como Anexo III, passando a vigorar com a redação a seguir apresentada: **“Artigo 2º.** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1478 - Conjunto 1304 - Edifício Monumento, Jardim Paulistano, CEP: 01472-900, no município e estado de São Paulo, no município e estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria.” **(ii) Aprovada** que a administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país e pela alteração do prazo de mandato da diretoria para 03 anos, que se estenderá até a posse da nova Diretoria eleita pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Assim sendo, o Artigo Sétimo do Estatuto Social da Companhia fica alterado, e consolidado o estatuto social como parte integrante desta ata como Anexo III, passando a vigorar com a redação a seguir apresentada: **“Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos com prazo de mandato de 03 anos, que se estenderá até a posse da nova Diretoria eleita pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos.” **(iii) Aprovada** a renúncia da Sra. **Taylle Karoline Vaz da Silva**, do cargo de Diretora sem designação específica, cujo termo de renúncia apresentado compõe o Anexo I. **(iv)** Em decorrência da retro renúncia, fica reeleito por unanimidade o Sr. **Pedro Henrique Fleider Wolanski**, brasileiro, diplomata, **para o cargo de Diretor Presidente da Companhia.** **(v)** O mandato do Diretor ora eleito é de 03 anos a contar da presente data, sendo desde logo investido no cargo para o qual foi eleito, mediante assinatura do correspondente termo de posse. O diretor ora nomeado, presente à Reunião, declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. JUCESP nº 195.885/24-7 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo Primeiro.** A Marau Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Uma, n.º 1478 - Conjunto 1304 - Edifício Monumento, Jardim Paulistano, CEP: 01472-900, no município e estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior **(“holding”). Artigo Quarto.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Do Capital. Artigo Quinto.** O capital social é de R\$ 500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 integralizados e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **§1º** - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º** - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º** - Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** - A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º** - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos com prazo de mandato de 03 anos, que se estenderá até a posse da nova Diretoria eleita pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§1º** - Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º** - livro próprio. A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no **§3º** - A destituição de qualquer membro da diretoria, realizada por Assembleia Geral, dependerá da aprovação da maioria simples dos acionistas. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A diretoria tem poderes limitados de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar os atos necessários para gerenciar a Sociedade, exercendo os poderes de gerência, limitados pelos §s abaixo. **§1º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de quaisquer diretores, administradores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios estranhos ao objetivo social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias a terceiros, sob pena da responsabilidade civil ou criminal que couber. **§2º** - Dependerá da deliberação de todos os acionistas, os atos a seguir indicados: a) aprovação das contas da administração; b) nomeação, remuneração e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; c) incorporação, fusão ou dissolução da sociedade, bem como cessão do estado de liquidação; d) celebração de contratos de empréstimos, arrendamento mercantil e alienação fiduciária em garantia; e) assunção de empréstimos e créditos bancários; f) permuta, aquisição e/ou venda de quotas ou ações detidas pela Companhia, bem como quaisquer bens integrantes do Ativo não Circulante da Sociedade; g) aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis; h) levantamento de construção ou execução de reformas em imóveis da sociedade; i) conclusão e denúncia de contratos de locação e ou de arrendamento; j) pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial; k) investimentos em outras sociedade, bem como alienação e ou oneração de participações em outras sociedade. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer acionista, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer acionista ou pela assinatura conjunta do diretor presidente e outro diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad judicium”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo Décimo Primeiro.** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo Décimo Segundo.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI. Disposições Gerais. Artigo Décimo Terceiro.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercálares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Sexto.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ nº 55.198.181/0001-02 – NIRE 35300647807

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/12/2025

**Data, Hora e Local:** Em 11/12/2025, às 11hs, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Marco Antonio Salvoni; e Secretário: Nei Moreira Junior. **Deliberações aprovadas:** A Diretoria apresentou aos membros do Conselho de Administração, a Proposta Firme emitida pelo Banco ABC, contendo as condições para estruturação da emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia, no valor total de R\$ 130.000.000,00, com garantia firme integral do Banco ABC para subscrição. Após debate, análise da documentação e esclarecimentos prestados, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade, deliberaram aprovar e autorizar o quanto segue: **I - Aprovada** a emissão privada de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no montante total de R\$ 130.000.000,00, nos termos da Proposta Firme apresentada pelo Banco ABC Brasil S.A.; **II - Aprovada** as garantias, conforme estrutura apresentada: (a) Fiança da CBI, proporcional à respectiva participação acionária na CNL (65%); e (b) Fiança da CLD, proporcional à participação (35%); **III - Autorizada** a Diretoria a adotar celebrar os atos e instrumentos necessários a emissão, conduzindo o processo e consolidando os documentos pertinentes, observando as medidas de governança requeridas para a plena execução e eficácia da emissão. Nada mais. São Paulo, 11/12/2025. JUCESP nº 7.498/26-3 em 16/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DESENVOLVENDO SUAS INFORMAÇÕES E MANTENDO COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE

datamercantil.com.br

Spyder Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 32.239.183/0001-99 - NIRE 3530052912-0

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2024

**Data, Hora e Local:** Em 30/03/2024, às 10hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Henrique Fleider Wolanski; Secretária: Sra. Taylle Karoline Vaz da Silva. **Deliberações aprovadas: (i) Aprovada** a alteração do endereço da sede social da companhia, passando o endereço a partir desta a ser na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1478 - Conjunto 1304 - Edifício Monumento, Jardim Paulistano, CEP: 01472-900, no município e estado de São Paulo, no município e estado de São Paulo. Assim sendo, o Artigo Segundo do Estatuto Social da Companhia fica alterado, e consolidado o estatuto social como parte integrante desta ata como Anexo III, passando a vigorar com a redação a seguir apresentada: **“Artigo 2º.** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1478 - Conjunto 1304 - Edifício Monumento, Jardim Paulistano, CEP: 01472-900, no município e estado de São Paulo, no município e estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria.” **(ii) Aprovado** que a administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país e pela alteração do prazo de mandato da diretoria para 03 anos, que se estenderá até a posse da nova Diretoria eleita pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Assim sendo, o Artigo Sétimo do Estatuto Social da Companhia fica alterado, e consolidado o estatuto social como parte integrante desta ata como Anexo III, passando a vigorar com a redação a seguir apresentada: **“Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos com prazo de mandato de 03 anos, que se estenderá até a posse da nova Diretoria eleita pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos.” **(iii) Aprovada** a renúncia da Sra. **Taylle Karoline Vaz da Silva**, do cargo de Diretora sem designação específica, cujo termo de renúncia apresentado compõe o Anexo I. **(iv)** Em decorrência da retro renúncia, fica reeleito por unanimidade o Sr. **Pedro Henrique Fleider Wolanski**, brasileiro, diplomata, **para o cargo de Diretor Presidente da Companhia.** **(v)** O mandato do Diretor ora eleito é de 03 anos a contar da presente data, sendo desde logo investido no cargo para o qual foi eleito, mediante assinatura do correspondente termo de posse. O diretor ora nomeado, presente à Reunião, declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. JUCESP nº 195.883/24-0 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo Primeiro.** Spyder Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Uma, n.º 1478 - Conjunto 1304 - Edifício Monumento, Jardim Paulistano, CEP: 01472-900, no município e estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior **(“holding”). Artigo Quarto.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Do Capital. Artigo Quinto.** O capital social é de R\$ 500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 integralizados e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **§1º** - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º** - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º** - Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** - A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º** - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos com prazo de mandato de 03 anos, que se estenderá até a posse da nova Diretoria eleita pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§1º** - Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º** - no livro próprio. A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado **§3º** - A destituição de qualquer membro da diretoria, realizada por Assembleia Geral, dependerá da aprovação da maioria simples dos acionistas. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A diretoria tem poderes limitados de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar os atos necessários para gerenciar a Sociedade, exercendo os poderes de gerência, limitados pelos §s abaixo. **§1º** - São expressamente vedados sem nenhum inoperantes com relação à sociedade, os atos de quaisquer diretores, administradores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios estranhos ao objetivo social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias a terceiros, sob pena da responsabilidade civil ou criminal que couber. **§2º** - Dependerá da deliberação de todos os acionistas, os atos a seguir indicados: a) aprovação das contas da administração; b) nomeação, remuneração e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; c) incorporação, fusão ou dissolução da sociedade, bem como cessão do estado de liquidação; d) celebração de contratos de empréstimos, arrendamento mercantil e alienação fiduciária em garantia; e) assunção de empréstimos e créditos bancários; f) permuta, aquisição e/ou venda de quotas ou ações detidas pela Companhia, bem como quaisquer bens integrantes do Ativo não Circulante da Sociedade; g) aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis; h) levantamento de construção ou execução de reformas em imóveis da sociedade; i) conclusão e denúncia de contratos de locação e ou de arrendamento; j) pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial; k) investimentos em outras sociedade, bem como alienação e ou oneração de participações em outras sociedade. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer acionista, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer acionista ou pela assinatura conjunta do diretor presidente e outro diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad judicium”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo Décimo Primeiro.** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo Décimo Segundo.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI. Disposições Gerais. Artigo Décimo Terceiro.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercálares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Sexto.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. (“Companhia”)** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 30 dias de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(ii)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 19 de janeiro de 2026. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração.

(20, 21 e 22/01/2025)

Marítima Securitizadora S.A.

CNPJ nº 48.644.747/0001-09

Assembleia Geral Extraordinária

**Data, Hora e Local:** Em 28/03/2025, às 14hs, na sede. **Presença:** O acionista fundador e subscritor da totalidade do capital social com direito a voto. **Mesa:** Presidente: Pedro Henrique Ricco Oliveira; e Secretárias: Myleide de Oliveira Lima. **Deliberações aprovadas:** 1. O Sócio Fundador aprovou a alteração do endereço da sede da Companhia, a qual passa do 6º andar para o 8º andar do mesmo edifício situado no endereço da sede atual. Dessa forma, o endereço da sede social passa a ser na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, 8º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 2. Por consequência, o Artigo 2 do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte nova redação: **Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Doutor Cardoso de Melo, nº 1855 - 8º andar- Vila Olimpia, CEP 04548-903, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, instalar ou extinguir filiais, escritórios e outras dependências, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior.** Nada mais. São Paulo, 28/03/2025. JUCESP nº 142.911/25-2 em 05/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

comercial@datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025

**Data, Hora e Local:** Dia 19/12/2025, às 10hs, na sede social da Companhia, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Publicado no caderno impresso e digital do jornal *Data Mercantil*. Presença de acionistas representando **95,65%** do capital social votante com direito de voto. **Mesa:** Sra. Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Sr. Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os acionistas, por unanimidade de votos, deliberaram: **6.1.** Aprovada a utilização de R\$ 40.000.000,00 da Reserva de Lucros, relativa ao exercício encerrado em 31/12/2024, para distribuição extraordinária de dividendos, nos termos legais e estatutários. **6.2.** Aprovada a distribuição extraordinária de dividendos no valor total de R\$ 40.000.000,00 aos acionistas, com base na posição acionária da data da Assembleia, com pagamento até dezembro de 2028, conforme disponibilidade de caixa, autorizada a diretoria a adotar os atos necessários à execução. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 19/12/2025. Mesa: Marilena Rodrigues Vasone – **Presidente;** Alceu Rodrigues Vasone – **Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 7.499/26-7 em 16/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Jequitiba Participações e Gestão de Negócios S.A.** Torna público que requereu à SVM/CLA/DIA/GTANI, a Licença Ambiental Prévia, para a atividade de Galpões Logísticos de Uso Compartilhado situado à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães s/n – Área 3, Vila Santa Cruz, São Paulo/SP. Foi determinado o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 29 de janeiro de 2025, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Exame, discussão e aprovação das contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, correspondente ao período de 1º a 31º de dezembro de 2025, incluindo as demonstrações financeiras parciais, nos termos do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976. **(ii)** Aprovação da destinação antecipada do lucro líquido apurado em 2025, referente ao período de dezembro de 2025, com distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, isentos de imposto de renda para pessoas físicas sob a legislação vigente até 31/12/2025, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.249/1995. **(iii)** Ratificação da deliberação da Diretoria que aprovou a distribuição de dividendos intermediários correspondente ao período de 1º a 31 de dezembro de 2025, com base em balanço intermediário, observando-se o disposto na Lei nº 6.404/1976. **(iv)** Deliberação sobre outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 21 de janeiro de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (21, 22 e 23/01/2026)

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 – NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2025

**Data, Hora e Local:** 11/12/2025, às 09h30min., na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Prudêncio Jacques; e Secretário: Sr. Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações aprovadas:** **(i) Outorga de Garantias.** Nos termos do inciso “xii” do Artigo 13 do Estatuto Social, fica aprovada nos termos da *Corporate Garanty* firmada entre a Companhia e o **Banco Citibank S.A.**, CNPJ 33.479.023/0001-80, em 10/02/2025 (“**Garantia**”), **(a)** a concessão de garantia (SBLC) pela Companhia, em favor do **Banco Citibank SA**, CNPJ: 33.479.023/0001-80 e/ou **Citibank NA**, CNPJ 33.042.953/0001/71 (“**Citibank**”), até USD 10.000.000,00, em operação de empréstimo contratada junto ao Citibank pela **Dock Tech Mexico, S.A. DE C.V.**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, regularmente constituída de acordo com as leis do México, com inscrição no Registro Federal de Contribuintes do México (RFC) CPS170104FZ3 (“**Dock México**”), que tem por objetivo o cumprimento de obrigações da Dock México contraídas no âmbito de suas operações; e **(b)** concessão de garantia (SBLC) pela Companhia, em favor do Citibank, até o limite de USD 2.000.000,00, em operação de empréstimo pré-aprovada junto ao Citibank pela **Dock Tech Colombia, SAS**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, regularmente constituída de acordo com as leis da Colômbia, com inscrição no NIT 901503185-1 (“**Dock Colombia**”), que tem por objetivo o cumprimento de obrigações da Dock Colombia contraídas no âmbito de suas operações, (“**Empréstimo – Colateral**”); **(ii) Celebração de Instrumentos entre Afiliadas.** Nos termos dos itens “xv” e “xvii” do Artigo 13 do Estatuto Social, aprovada, nos termos dos itens “xv” e “xvii” do Artigo 13 do Estatuto Social, da assinatura de todos os instrumentos necessários à Garantia, incluindo, porém sem se limitar ao Contrato de Garantia para Carta de Crédito – *Pledge Agreement for Letters of Credit*, e o Acordo de Continuidade para a Carta de Crédito – *Continuing Agreement for Standby Letters of Credit*, a serem firmados entre, por um lado o Citibank, e pela Companhia, a Dock México, a Dock Colombia, a **Dock Soluções Instituição de Pagamento S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.744.817/0001-86 (“**Dock Soluções**”) a **Dock Instituição de Pagamento S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.370.835/0001-85 (“**Dock IP**”), todas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia e em conjunto com esta na qualidade de garantidora no Empréstimo – Colateral (“**Contratos**”); **(iii) Adoção de Medidas.** Autorizada a adoção pela Companhia e por sua Diretoria dos atos necessários e/ou convenientes para a implementação do deliberado nos itens anteriores, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos Contratos. **(iv) Ratificação dos Atos Praticados.** Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da celebração do *Corporate Guaranty*, tal qual, mas sem se limitar a sua assinatura. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Barueri/SP, 11/12/2025. (ass.): **Mesa: Marcelo Prudêncio Jacques** – Presidente; **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. **Acionistas:** Antonio Carlos Soares Junior; **Dock Tech LLC** Por: Antonio Carlos Soares Junior. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 2.950/26-1 em 08/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Dock Soluções Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 08.744.817/0001-86 – NIRE 35.300.546.105

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2025

**Data, Hora e Local:** Em 11/12/2025, às 10h00, na sede da **Dock Soluções Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”). **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Prudêncio Jacques; e Secretário: Sr. Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações:** Os acionistas decidiram, por unanimidade: **(i) Outorga de Garantias.** Nos termos do inciso “v” do Artigo 8 do Estatuto Social, fica aprovada nos termos da *Corporate Garanty* firmada entre a Companhia e o **Banco Citibank S.A.**, CNPJ 33.479.023/0001-80, em 10/02/2025 (“**Garantia**”), **(a)** a concessão de garantia (SBLC) pela Companhia, em favor do **Banco Citibank**, CNPJ 33.479.023/0001-80 e/ou **Citibank NA**, CNPJ 33.042.953/0001/71 (“**Citibank**”), até USD 10.000.000,00, em operação de empréstimo contratada junto ao Citibank pela **Dock Tech Mexico, S.A. DE C.V.**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, constituída de acordo com as leis do México, com inscrição no Registro Federal de Contribuintes do México (RFC) CPS170104FZ3 (“**Dock México**”), que tem por objetivo o cumprimento de obrigações da Dock México contraídas no âmbito de suas operações; e **(b)** concessão de garantia (SBLC) pela Companhia, em favor do Citibank, até o limite de USD 2.000.000,00, em operação de empréstimo pré-aprovada junto ao Citibank pela **Dock Tech Colombia, SAS**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, constituída de acordo com as leis da Colômbia, com inscrição no NIT 901503185-1 (“**Dock Colombia**”), que tem por objetivo o cumprimento de obrigações da Dock Colombia contraídas no âmbito de suas operações, (“**Empréstimo – Colateral**”); **(ii) Celebração de Contratos:** Nos termos do inciso x do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, aprovada a celebração de todos os instrumentos necessários à formalização da Garantia, incluindo, mas sem se limitar ao Contrato de Garantia para Carta de Crédito – *Pledge Agreement for Letters of Credit* e o Acordo de Continuidade para a Carta de Crédito – *Continuing Agreement for Standby Letters of Credit*, a serem firmados entre, por um lado o Citibank, e pela Companhia, a Dock México, a Dock Colombia, a **Dock Tecnologia S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.645.772/0001-79 (“**Dock Tech**”) e **Dock Instituição de Pagamento S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.370.835/0001-85 (“**Dock IP**”), todas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia e em conjunto com esta na qualidade de garantidora no Empréstimo – Colateral (“**Contratos**”); **(iii) Adoção de Medidas.** Autorizada a adoção pela Companhia e por sua Diretoria dos atos necessários e/ou convenientes para a implementação do deliberado nos itens anteriores, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos Contratos. **(iv) Ratificação dos Atos Praticados:** Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da celebração do *Corporate Guaranty*, tal qual, mas sem se limitar a sua assinatura. **Encerramento:** Foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Barueri/SP, 11/12/2025. Mesa: **Marcelo Prudêncio Jacques** – Presidente; **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. **Acionistas:** Antonio Carlos Soares Junior; **Dock Tecnologia S.A.** Por: Antonio Carlos Soares Junior e Marcelo Prudêncio Jacques. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 2.236/26-6 em 07/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

3R Administração Patrimonial Ltda.

CNPJ/MF nº 55.098.802/0001-78 - NIRE nº 352.638.98279

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

**Data, Hora e Local:** 19/01/2026, às 11 horas, na sede social em São Paulo - SP. **Mesa:** Presidente: Ivone das DORES Ribeiro. Secretário: Domingos José Ribeiro. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Ordem do Dia e Deliberações:** A sócia resolve reduzir o capital social da sociedade, atualmente no valor de R\$ 1.060.000,00 para R\$ 982.048,00, representado por 982.048 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Em virtude da alteração acima deliberada, a sócia resolve alterar o artigo 5º do Contrato Social. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 19 de janeiro de 2026. Presidente: Ivone das DORES Ribeiro. Secretário: Domingos José Ribeiro. Sócia: IVONE DAS DORES RIBEIRO. Administrador: DOMINGOS JOSÉ RIBEIRO.

Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85 – NIRE 35.300.391.306

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2025

**Data, Hora e Local:** Em 11/12/2025, às 10h30min., na sede da **Dock Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”). **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Prudêncio Jacques; e Secretário: Sr. Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações:** Os acionistas decidiram, por unanimidade: **(i) Outorga de Garantias.** Nos termos do inciso “v” do Parágrafo Único do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, fica aprovada nos termos da *Corporate Garanty* firmada entre a Companhia e o **Banco Citibank S.A.**, CNPJ 33.479.023/0001-80, em 10/02/2025 (“**Garantia**”), **(a)** a concessão de garantia (SBLC) pela Companhia, em favor do **Banco Citibank**, CNPJ 33.479.023/0001-80 e/ou CITIBANK NA, CNPJ 33.042.953/0001/71 (“**Citibank**”), até o limite de USD 10.000.000,00, em operação de empréstimo contratada junto ao Citibank pela **Dock Tech Mexico, S.A. DE C.V.**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, constituída de acordo com as leis do México, com inscrição no Registro Federal de Contribuintes do México (RFC) CPS170104FZ3 (“**Dock México**”), que tem por objetivo o cumprimento de obrigações da Dock México contraídas no âmbito de suas operações; e **(b)** concessão de garantia (SBLC) pela Companhia, em favor do Citibank, até USD 2.000.000,00, em operação de empréstimo pré-aprovada junto ao Citibank pela **Dock Tech Colombia, SAS**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, regularmente constituída de acordo com as leis da Colômbia, com inscrição no NIT 901503185-1 (“**Dock Colombia**”), que tem por objetivo o cumprimento de obrigações da Dock Colombia contraídas no âmbito de suas operações, (“**Empréstimo – Colateral**”); **(ii) Celebração de Contratos:** Nos termos do inciso xi do Parágrafo Único do Artigo 15 do Estatuto Social, aprovada a assinatura de todos os instrumentos necessários à Garantia, incluindo, porém sem se limitar ao Contrato de Garantia para Carta de Crédito – *Pledge Agreement for Letters of Credit* e o Acordo de Continuidade para a Carta de Crédito – *Continuing Agreement for Standby Letters of Credit*, a serem firmados entre, por um lado o Citibank, e pela Companhia, a Dock México, a Dock Colombia, a **Dock Tecnologia S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.645.772/0001-79 (“**Dock Tech**”) e **Dock Soluções Instituição de Pagamento S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.744.817/0001-86 (“**Dock Soluções**”), todas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia e em conjunto com esta na qualidade de garantidora no Empréstimo – Colateral (“**Contratos**”) **(iii) Adoção de Medidas.** Autorizada a adoção pela Companhia e por sua Diretoria dos atos necessários e/ou convenientes para a implementação do deliberado nos itens anteriores; **(iv) Ratificação dos Atos Praticados:** Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da celebração do *Corporate Guaranty*, tal qual, mas sem se limitar a sua assinatura. **Encerramento:** Foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Barueri/SP, 11/12/2025. Mesa: **Marcelo Prudêncio Jacques** – Presidente; **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. **Acionistas:** Antonio Carlos Soares Junior; **Dock Tecnologia S.A.** Por: Antonio Carlos Soares Junior e Marcelo Prudêncio Jacques. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 2.235/26-2 em 07/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Cellera Farmacêutica S.A.

CNPJ/MF nº 33.173.097/0002-74 - NIRE 35.300.503.520

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/01/2026

**Data, Hora e Local:** Em 15/01/2026, às 10hs, na filial da Celleria Farmacêutica S.A. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Marcos Grodetzky; e Secretária: Vanessa Soares Borzani. **Deliberações aprovadas:** **6.1. Aprovada** a contratação, junto às instituições financeiras em atuação no mercado brasileiro, de **(i)** operações de derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*) com relação a variação cambial em real, em valor individual ou agregado correspondente a US\$5.000.000,00, valor este equivalente e atrelado ao já aprovado para o FINIMP, como constou da Ata de RCA em 14/02/2024, incluindo a constituição das garantias necessárias para implementação destas operações de crédito, pela Companhia ou pela Celleria Consumo Ltda. (“*Cellera Consumo*”), controlada da Companhia, ficando a Diretoria responsável pela deliberação do montante individual a ser alocado junto a cada instituição e particularidades de cada operação, respeitado o montante global fixado por este Conselho de Administração. **6.2.** Com vistas a viabilizar o aprovado acima, e em cumprimento ao disposto na Cláusula 14º (xiv) do Contrato Social da Celleria Consumo Ltda., aprovar e recomendar a aprovação pelos quotistas da Celleria Consumo, reunidos em reunião de sócios, de todos os atos a serem praticados pela administração da Celleria Consumo no que se refere à celebração dos instrumentos necessários à contratação das operações acima autorizadas. **6.3. Autorizada** a constituição de garantias fidejussórias por meio de aval ou fiança, garantias reais de cessão fiduciária de títulos e de direitos creditórios. **6.4.** Ficam os Diretores ainda autorizados a praticar todos os atos necessários à celebração das operações acima aprovadas. Nada mais. JUCESP nº 61.771/26-0 em 19/01/22026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Lyon Ilha das Cobras Ltda.

(“Em Constituição”)

Constituição de Sociedade Empresária Limitada

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas: **Nilton Bertuchi**, brasileiro, advogado (“**Nilton**”); e **Matheus Marques Gillet**, brasileiro, economista (“**Matheus**”), ambos residentes, domiciliados e com endereço comercial na cidade de São Paulo/SP. **Resolvem**, constituir uma sociedade empresária limitada, a qual se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas no Contrato Social da Sociedade:

**CONTRATO SOCIAL DA LYON ILHA DAS COBRAS LTDA.** 1 – Nome Empresarial, Sede e Objeto. **Cláusula 1ª** – A Sociedade, que é empresarial do tipo limitada, girará sob a denominação de **Lyon Ilha das Cobras Ltda.** **Cláusula 2ª** – A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 20º andar, sala 19, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo manter filiais, escritório e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação dos sócios. **Cláusula 3ª** – A Sociedade tem como objeto social a participação em outras sociedades empresárias ou simples, como acionistas ou quotista, inclusive como holding de instituições não-financeiras **II – Capital Social e Duração.** **Cláusula 4ª** – O capital social é de R\$ 1.000,00, divido em 1.000 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional e bens pelos sócios, assim distribuído: **Sócio: Matheus Marques Gillet, Quotas: 800, Valor (R\$): 800,00, Participação: 80%. Sócio: Nilton Bertuchi, Quotas: 200, Valor (R\$): 200,00, Participação: 20%. Total de Quotas: 1000. Total do Valor (R\$): 1.000,00. Total da Participação: 100%.** **§1º** – A responsabilidade dos *sócios* é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406/2002. **Cláusula 5ª** – A Sociedade inicia suas atividades da data de assinatura deste Contrato Social e tem o prazo de duração indeterminado. **III – Administração da Sociedade.** **Cláusula 6ª** – A Administração dos negócios sociais em geral e a prática, para todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, assim como a representação em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais e instituições financeiras, competirá a 2 Administradores, sócios ou não sócios, os quais serão os dirigentes máximos da Sociedade por prazo indeterminado e aos quais caberá, além das obrigações regulares, previstas em lei ou neste Contrato e inerentes à função, o uso privativo do nome empresarial. **§1º** – Os sócios ainda nomeiam como Administradores da Sociedade, os Srs. **(i) Nilton Bertuchi**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 23.292.880-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 195.514.838-47, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 20º andar, Torre D, CEP 04543-011; e **(ii) Matheus Marques Gillet**, brasileiro, casado, economista, RG nº 37.113.755-5 SSP/SP, CPF/ME nº 420.995.388-16, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 20º andar, CEP 04543-011. **§2º** – A Sociedade será representada: **(i)** Conjuntamente por quaisquer 2 Administradores eleitos **(ii)** por 1 procurador, devidamente constituídos conforme §3º abaixo sempre em conjunto com 1 Administrador eleito. **§3º** – A Sociedade, mediante assinatura de 2 dos Administradores do Grupo A, poderá nomear e constituir procuradores, para quaisquer fins, devendo, todavia, constar do instrumento de mandato os poderes e o seu prazo de vigência, que nunca será superior a 12 meses, exceto as que tiverem finalidade judicial. **§4º** – Os administradores poderão ter direito a uma remuneração mensal, a título de Pró-Labore, que serão aprovadas e fixada em Reunião de Sócios. **IV – Deliberações Sociais.** **Cláusula 7ª** – A Reunião de Sócios será realizada ordinariamente ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre quando for de interesse social. **§1º** – A Reunião de Sócios será convocada por quaisquer dos Administradores, por e-mail ou telegrama, com aviso de recebimento, endereçado aos sócios, com 8 dias de antecedência para a primeira convocação e com 5 dias para a segunda convocação, especificando o dia, a hora e o local da Reunião de Sócios. Das reuniões serão lavradas atas, as quais serão arquivadas na sede social da Sociedade e, quando exigido pela legislação aplicável, registradas perante a Junta Comercial competente. **§2º** – Fica dispensada a escrituração e a lavratura das atas das Reuniões de Sócios em livro de Atas de Reuniões de Sócios. **Cláusula 8ª** – A Reunião dos Sócios terá como ordem do dia, entre outros: **(i)** tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico; e **(ii)** designar o administrador, quando for o caso. **V – Da dissolução e liquidação da sociedade.** **Cláusula 9** – A sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular. **VII – Exercício Social e Distribuição dos Lucros.** **Cláusula 10** – O exercício social coincidirá com o ano civil, tendo seu início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Sociedade, de conformidade com as disposições legais. **Cláusula 11** – O lucro líquido do exercício terá a aplicação que lhes for determinada pelo sócio em Reunião Anual de Sócio, a ser realizada ao menos uma vez ao ano. **§2º** – O Administrador poderá determinar o levantamento de balanço trimestral ou em períodos menores e, caso seja apurado lucro, este poderá ser adiantado aos sócios, sendo certo que esta antecipação deverá ser ratificada na Reunião Anual de Sócios. **IX – Foro.** **Cláusula 12** – As partes elegem o Foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias decorrentes deste Contrato Social. Com a exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **X – Disposições Finais.** **Cláusula 13** – Os administradores eleitos declaram, expressamente, não estarem impedidos, por qualquer lei especial, de administrar sociedade empresária limitada em virtude de condenação criminal de qualquer natureza, incluindo por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Cláusula 14** – Os casos omissos neste instrumento serão regulados de acordo com as normas dispostas no Código Civil referentes às Sociedades limitadas, e supletivamente, nas omissões daquela norma, exclusivamente pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15/12/1976, bem como em suas respectivas alterações”. Nada mais. São Paulo, 13/01/2026. **Visto de Advogado: Vitória Mantelle Tavares de Oliveira** OAB/SP 495.350. JUCESP/NIRE nº 35268895448 em 16/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ibovespa renova recordes aos 166 mil pontos, na contramão de Nova York

Na contramão de Nova York, onde pesaram as preocupações geopolíticas na retomada dos negócios após o feriado, o Ibovespa renovou recordes intradia e de fechamento nesta terça-feira, 20. Da mínima à máxima da sessão, oscilou de 163.574,67 a 166.467,56 pontos, partindo de abertura a 164.846,22. Ao fim, marcava 166.276,90 pontos, alta de 0,87%, com giro financeiro de R\$ 23,5 bilhões. Na semana, o Ibovespa soma 0,90% e eleva o ganho do mês e do ano para 3,20%. O imbróglgio tarifário e geopolítico entre americanos e europeus estimula a busca por diversificação em emergentes, como o Brasil – favorecido ainda pelo carry trade (estratégia que explora o diferencial de juros), proporcionado pelo elevado patamar da taxa Selic. No plano doméstico, a expectativa pelo encontro do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, com o ex-presidente Jair Bolsonaro reacende o adormecido trade de que Tarcísio poderá viabilizar candidatura à Presidência da República, com apoio do ex-mandatário.

“A autorização do ministro Alexandre de Moraes para a visita de Tarcísio de Freitas a Jair Bolsonaro reacendeu rumores no mercado político. A leitura predominante é a de que pode estar em acordo uma possível chapa presidencial, com Tarcísio como candidato e Michelle Bolsonaro como vice”, diz Leonardo Santana, especialista em investimentos e sócio da casa de análise Top Gain. Essa hipótese, segundo ele, mesmo sem confirmação, foi o suficiente para animar os mercados, “uma vez que poderia provocar reviravoltas tanto nas pesquisas eleitorais quanto nas expectativas econômicas”, acrescenta Santana.



DÓLAR  
compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$  
5,3784 / R\$ 5,379 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 5,3775 / R\$ 5,3795 \*  
Turismo - R\$ 5,4080 /  
R\$ 5,5880  
(\* ) cotação média do  
mercado  
(\*\* ) cotação do Banco  
Central  
Variação do câmbio  
livre mercado  
no dia: +0,29%

BOLSAS  
B3 (Ibovespa  
Variação: +0,87%  
Pontos: 166.276  
Volume financeiro:  
R\$ 23,557 bilhões  
Maiores altas: TIM ON  
(+4,98%), C&A ON  
(+4,34%), Telefônica  
ON (+3,97%)  
Maiores baixas: CSN  
ON (-3,04%), Usiminas  
PNA (-2,99%), B3 ON  
(-2,85%)  
S&P 500 (Nova York):  
-2,06%  
Dow Jones (Nova York):  
-1,76%  
Nasdaq (Nova York):  
-2,39%  
CAC 40 (Paris): -0,61%  
Dax 30 (Frankfurt):  
-1,03%  
Financial 100 (Lon-  
dres): -0,67%  
Nikkei 225 (Tóquio):  
-1,11%  
Hang Seng (Hong  
Kong): -0,29%  
Shanghai Composite  
(Xangai): -0,01%  
CSI 300 (Xangai e  
Shenzhen): -0,33%  
Merval (Buenos Aires):  
1,0%  
IPC (México): 0,29%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO  
IPCA/IBGE  
Dezembro 2024: 0,52%  
Janeiro 2025: 0,16%  
Fevereiro 2025: 1,31%  
Março 2025: 0,56%  
Abril 2025: 0,43%  
Maio 2025: 0,26%  
Junho 2025: 0,24%  
Julho 2025: 0,26%  
Agosto 2025: -0,11%  
Setembro 2025: 0,48%  
Outubro 2025: 0,09%  
Novembro 2025: 0,18%  
Dezembro 2025: 0,33%

INPC/IBGE  
Agosto 2025: -0,21%  
Setembro 2025: 0,52%  
Outubro 2025: 0,03%  
Novembro 2025: 0,03%  
Dezembro 2025: 0,21%

## EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38 - NIRE 35.300.618.041

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária

**I. Data, Horário e Local:** 17/12/2025, às 11:00, no endereço da sede social da EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia”) localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **II. Convocação e presença:** dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** deliberar sobre (I) a conversão facultativa, a critério dos respectivos titulares, de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias; se aprovada, (II) a consequente alteração e adequação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (III) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata. **V. Deliberações:** após as oportunas discussões, a totalidade dos acionistas decidiu, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (I) aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a conversão facultativa, a critério dos acionistas da Companhia, de suas respectivas ações de emissão da Companhia e consignar a conversão facultativa realizada pelos acionistas, conforme detalhado no Anexo II desta ata. (II) em razão da aprovação da matéria (i) acima, aprovar a alteração da redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: *“Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 5.132.599,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 290.690.533 ações ordinárias e 222.559.447 ações preferenciais (“Ações PN”), todas nominativas e sem valor nominal”* (III) de forma a refletir a deliberação acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação prevista no Anexo I desta ata. Nada mais. **Assinaturas:** Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **Acionistas Presentes:** (i) EPR Participações S.A. (Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior); e (ii) Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações - IE (Por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg e Carolina Maria Rocha Freitas). São Paulo/SP, 17/12/2025. JUCESP nº 007.288/26-8 em 16/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º.** A EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B-”, regida pelo presente estatuto social (“Estatuto Social”), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social (“Acordo de Acionistas”) e pelas demais disposições aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 5.132.599,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 290.690.533 ações ordinárias e 222.559.447 ações preferenciais (“Ações PN”), todas nominativas e sem valor nominal. **§1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas (“Assembleia Geral”). **§2º.** As Ações PN: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da Ação PN menos o valor total de todos os pagamentos realizados à Ação PN, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da Assembleia Geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas Ações PN, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à Ação PN, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **§3º.** As ações preferenciais não poderão ultrapassar 50% do total de ações emitidas. **§4º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§5º.** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§6º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§7º.** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§8º.** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º.** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A.; bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º.** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º.** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§1º.** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§2º.** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral. **§3º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, §1º da Lei das S.A. **§4º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **§5º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§6º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10.** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas, se for o caso; e (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iii) transformação do tipo societário; (iv) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia; (v) registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; (vi) dissolução e liquidação da Companhia; (vii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia; (viii) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; (ix) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; (x) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xi) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiii) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital; (xiv) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xv) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xvi) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo; (xvii) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; (xviii) celebrar, alterar ou rescilar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; (xix) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xx) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); (xxi) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxii) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xxiii) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e (xxiv) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e os quóruns previstos na Lei das S.A., as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12.** O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§1º.** Os membros da administração serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **§2º.** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§3º.** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará mandato do substituído. **§4º.** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **§5º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de cada administrador, exceto pelo previsto no artigo 10 (xii) acima. **§6º.** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V. Conselho de Administração. Artigo 14.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição. **§1º.** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **§2º.** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§3º.** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral. **§4º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário aos interesses da Companhia. **§1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência. **§2º.** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas de forma semipresencial ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º.** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **§4º.** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª convocação, com a

presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§5º.** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 Conselheiros indicados por acionistas que detiverem, pelo menos, 25% das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§6º.** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **§7º.** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16.** No exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; (iii) fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembleia geral ordinária ou extraordinária, quando julgar conveniente; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e (vi) escolher e destituir os auditores independentes, se houver. **Capítulo VI. Diretoria. Artigo 17.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição, sendo admitida a cumulação de cargos. **§1º.** Os Diretores terão mandato de até 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§2º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§3º.** Compete ao Diretor Presidente superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia, bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. **§4º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), Banco Central do Brasil, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, quando houver, entidades administradoras de mercados de balcão organizado, conforme aplicável), prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, aos mercados de balcão e/ou às bolsas de valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM e reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. **§5º.** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **§6º.** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 18.** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **§1º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§2º.** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º.** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que, a critério de qualquer Diretor, for necessário, na presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria, e tais reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros. **§4º.** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19.** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado; (vi) observar o orçamento anual aprovado; (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no § único desta Cláusula; (iii) por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **§ único.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§20.** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável §3º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social Balanço e Demonstrações Financeiras. Artigo 23.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **§ único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) eventual saldo será distribuído de acordo com a deliberação da assembleia geral. **§ único.** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. **Artigo 25.** A Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, §1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X. Acordo de Acionistas. Artigo 27.** A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **§1º.** O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **§2º.** A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI. Arbitragem. Artigo 28.** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto (“Conflito”) serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá (“CCBC”), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 (“Lei de Arbitragem”), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem (“Regulamento”), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (“Tribunal Arbitral”). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme, os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII. Disposições Gerais. Artigo 29.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. São Paulo/SP, 17/12/2025.



## NEGÓCIOS

### Anac: Latam responde por 42% do crescimento recorde da aviação brasileira em 2025



O número de passageiros aéreos transportados no Brasil cresceu 11,2 milhões em 2025 ante 2024, para 129,6 milhões, maior demanda já registrada no País. Cerca de 42% dessa alta foi puxada pela Latam, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A empresa transportou 46,7 milhões de passageiros domésticos e internacionais no ano passado. O número representa um crescimento de 4,7 milhões (11,2%) na comparação com 2024.

“O recorde da aviação brasileira é um marco importante e os dados deixam claro que a eficiência e os

investimentos da Latam foram determinantes para esse resultado”, afirma o CEO da Latam Brasil, Jerome Cadier, destacando que pelo menos quatro em cada 10 novos passageiros de voos domésticos e internacionais no Brasil em 2025 embarcaram em um voo da companhia.

A Latam encerrou 2025 com taxa média anual de ocupação de 84,2% em seus voos no Brasil, número recorde para a empresa. Ao longo do ano, a companhia lançou 20 novas rotas domésticas, também o maior número já registrado pela aérea.

Segundo os dados setoriais da Anac, o volume

de passageiros domésticos atingiu 101,2 milhões em 2025, superando pela primeira vez a marca de 100 milhões, com alta de 8,4% ante 2024 e de 5,3% sobre o recorde anterior, de 2015.

No mercado internacional, a movimentação chegou a 28,4 milhões de passageiros, crescimento de 13,4% em relação a 2024, mantendo a trajetória de alta iniciada em 2021.

A Anac destaca ainda que a demanda total avançou 11,3% em 2025, enquanto a oferta cresceu 10,2%, com expansão tanto nos mercados doméstico quanto internacional.

IstoÉDinheiro

### Eve, da Embraer, capta US\$ 1,2 bi para desenvolver “carro voador”

A Eve Air Mobility, subsidiária da Embraer focada no desenvolvimento de soluções e veículos para o mercado de mobilidade aérea urbana, anunciou nesta terça-feira (20) a captação de US\$ 150 milhões em financiamento.

Segundo fato relevante divulgado ao mercado, o empréstimo tem prazo de cinco anos e contou com a participação do Itaú, Banco do Brasil, Citibank e Mitsubishi UFJ Financial Group.

Com essa transação, o volume total de financiamento da Eve alcança US\$ 1,2 bilhão, consolidando a empresa como uma das mais capitalizadas do setor global de eVTOL, sigla para electric Vertical Take-Off and Landing, ou aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical.

Os recursos serão destinados às atividades de pesquisa e desenvolvi-

mento, incluindo a integração da aeronave eVTOL a um ecossistema completo de mobilidade aérea urbana, que envolve infraestrutura, sistemas de tráfego aéreo, operação e certificação.

“O financiamento contribui para acelerar o avanço tecnológico e fortalecer parcerias com provedores de infraestrutura e órgãos reguladores. Com esse apoio, a companhia amplia sua capacidade de avançar na certificação e na comercialização da aeronave, assegurando conformidade com os padrões globais da aviação”, informou a empresa.

Recentemente, a Eve concluiu com sucesso o primeiro voo do protótipo de engenharia em escala real, realizado nas instalações de testes da Embraer no Brasil, um passo considerado fundamental pela empresa rumo à futura entrada em operação comercial.

CNN



### PicPay pode atingir US\$ 2,6 bilhões em estreia na Nasdaq



Os detalhes da esperada oferta de ações do banco digital PicPay na Nasdaq foram anunciados formalmente nesta terça-feira (20), em documento aos reguladores dos Estados Unidos.

A fintech deve se listar na bolsa americana no próximo dia 29, em uma oferta que pode movimentar entre US\$ 2,2 bilhões a US\$ 2,6 bilhões, dependendo a que preço sair na faixa proposta.

O intervalo de preço das ações sinalizado aos investidores vai de US\$ 16 a US\$ 19. A definição do preço será já na próxima semana, dia 28. As apresentações para investidores (roadshows) começam nesta terça-feira (20), em Nova York.

A captação do PicPay pode ficar em US\$ 400 milhões se preço sair no

centro da faixa ou US\$ 500 milhões se sair no topo da faixa.

A oferta será de 26,3 milhões de ações, cerca de 21% da companhia. Com isso, a J&F Participações, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, continuará no controle do PicPay.

Como já anunciado no primeiro prospecto, no último dia 5, que ainda não tinha números e preços, a operação já nasce ancorada, ou seja, com pedido firme de compra, com US\$ 75 milhões do fundo Bycycle, de Marcelo Claure, ex-gestor do Softbank e que também investiu no Nubank e no Inter.

Claure, aliás, está no Fórum Econômico Mundial esta semana.

A operação, o primeiro IPO brasileiro em Nova York desde o Nubank em dezem-

bro de 2021, é liderada por Citi e Bank of America.

Além do PicPay, o Agibank também protocolou, na semana passada, pedido para abertura de capital nos Estados Unidos, após ter firmado acordo com o INSS que permitiu a retomada da concessão de crédito consignado a beneficiários da Previdência. O banco digital planeja negociar ações na Bolsa de Nova York.

Em 2021, o PicPay já havia submetido à SEC pleito para IPO, mas adiou o processo sucessivamente em meio a incertezas sobre governança. No prospecto mais recente, a fintech admite enfrentar riscos de reputação por conta das múltiplas investigações criminais e civis envolvendo os irmãos Batista.

CNN